

RELAÇÕES EUA X CHINA: TENSÕES E INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA (2015-2021)¹

Jônatas Amaral dos Santos²

RESUMO

O presente artigo se propõe a entender as relações dos Estados Unidos da América (EUA) e da República Popular da China através da teoria da interdependência complexa, sob sua visão do viés econômico que auxiliou no desenvolvimento da ideia de que os Estados não estão sozinhos no cenário internacional e como estes estão interligados devido a uma gama de acontecimentos. Neste sentido, questiona-se em que medida a interdependência econômica entre China e Estados Unidos mitigam o conflito que existe entre os dois? Objetivando traçar um histórico das relações destes dois países, através de técnicas metodológicas como a qualitativa, e no uso da estatística descritiva, dados ao aprofundamento destas relações que tornaram suas economias cada vez mais interdependentes. Isto que possibilitou a China se tornar um grande *player* internacional, passando a rivalizar com os EUA economicamente, alcançando altos índices de desenvolvimento e superávits por meio do comércio exterior. Diante do exposto, na década de 2010, os norte-americanos iniciaram uma guerra comercial para barrar o crescimento do seu déficit econômico, uma vez que conflito bélico seria prejudicial para ambos os lados.

Palavras-chave: China - Relações econômicas exteriores - 2015-2021. Estados Unidos - Relações econômicas exteriores - 2015-2021. Relações econômicas internacionais.

ABSTRACT

The present article proposes to understand the relations of the United States of America (USA) and the People's Republic of China through the theory of complex interdependence, under its vision of the economic bias that helped in the development of the idea that the States are not alone in the international scenario and how these are interconnected due to a range of events. In this sense, the question is to what extent does the economic interdependence between China and the United States mitigate the conflict that exists between the two? Aiming to trace a history of the relations of these two countries, through methodological techniques such as qualitative, and the use of descriptive statistics, given the deepening of these relations that made their economies increasingly interdependent. This made it possible for China to become a major international player, starting to compete with the US economically, achieving high levels of development and surpluses through foreign trade. Given the above, in the 2010s, the Americans started a trade war to stop the growth of their economic deficit, since the war would be harmful to both sides.

Keywords: China - Foreign economic relations - 2015-2021. International economic relations. United States - Foreign economic relations - 2015-2021.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Mariana Preta Oliveira de Lyra.

² Graduado em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Nestas últimas décadas, as relações internacionais têm sido marcadas por tensões protagonizados por China e EUA. A maneira como os dois Estados tem se relacionado vem sendo refletida nas agendas dos demais Estados no cenário internacional. Nesta pesquisa, buscamos compreender as relações dos Estados Unidos da América (EUA) e da República Popular da China através da teoria da interdependência complexa, especialmente sob seu aspecto econômico. Desta forma, damos ênfase ao comércio entre os dois países, que os deixam interdependentes. Isto pode ser percebido, por exemplo, na combinação da expressão *Designed in California*, acompanhada por *Assembled in China*, impresso no verso de muitos produtos eletrônicos, parece expressar, uma nuance da interdependência de suas indústrias"(CARVALHO, CATERMOL. 2009, p. 217), apontando que não há boicote ou tentativa de contenção política dos EUA - que são conhecidos pelo seu amplo poderio militar - ou uma retaliação Chinesa, que não venha a ferir gravemente os dois lados.

A interdependência econômica é algo crucial nesta situação, pois é a partir desta que é coordenada boa parte das relações entre estes dois países, em que “a interdependência afeta a política mundial e o comportamento dos Estados; mas as ações governamentais também influenciam os padrões de interdependência” (KEOHANE, NYE. 1977, p. 5, tradução nossa). Todavia, em questões políticas os parâmetros são diferentes, já que de um lado temos os EUA, com o sonho americano e com histórico de envolvimento na política e segurança internacional; e do outro a China, uma civilização milenar, que passou por uma abertura e integração às relações comerciais globais. Os EUA, no século XX, firmaram-se como uma superpotência, com implicações econômicas e políticas globais. Por outro lado, a China no mesmo período buscava se reposicionar após um período de conflitos internos e externos. Vale lembrar que, mesmo diante desses conflitos, o imenso território chinês tem se mantido unido sob um mesmo governo desde 221 a.C. (LYRIO, 2010, p. 202). Portanto, com a rivalidade econômica desses dois Estados emergem a seguinte questão: Em que medida a interdependência econômica entre China e EUA mitigam o conflito que existe entre os dois?

Este artigo busca analisar em que medida o comércio internacional entre as duas potências, China e EUA, ajudam a construir uma relação de interdependência econômica a despeito das tensões políticas e militares. Procura analisar não só como a China se fortaleceu economicamente, mas também as articulações políticas e econômicas dos EUA, que sob o pretexto de segurança nacional tentam diminuir o poder e influência da China, de modo que

não venha a interferir em seus interesses. Esta análise inicia ainda durante a Guerra Fria, para entender precisamente a aproximação entre os dois Estados, até o final do governo Donald Trump, em janeiro de 2021. No entanto, ainda que se dedique a investigar o início das relações sino-americanas contemporâneas, o artigo busca centralizar esforços na análise do período 2015 – 2020, quando a situação entre as duas potências se acirrou em termos discursivos.

Metodologicamente este artigo propõe um estudo exploratório, apoiado majoritariamente em técnicas qualitativas, com análises bibliográficas de fontes secundárias. Mas também, a pesquisa utiliza a estatística descritiva, com uso extensivo de gráficos e tabelas de modo a melhor apresentar a informação sistematizada. A estatística descritiva particularmente relevante nas questões do comércio exterior.

Para além desta introdução; esta pesquisa está dividida em três partes principais. A primeira apresenta a Teoria da Interdependência Complexa, com foco na dimensão econômica. A segunda seção discute as relações sino-americanas contemporâneas, iniciadas durante a Guerra Fria, apresentando os principais fatores para aproximação de EUA e China; também, discute a política externa dos dois Estados. A terceira parte debate sobre a interdependência entre EUA e China. Por fim, o artigo conclui que mesmo diante do recrudescimento das tensões entre EUA e China, a existência da interdependência econômica entre eles dificulta a eclosão de conflitos armados entre as duas potências.

2 TEORIA DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA: A DIMENSÃO ECONÔMICA

Partindo principalmente da visão de Keohane e Nye e a Teoria da Interdependência Complexa (TIC) esta começou a ser desenvolvida nos anos 1970. Devido a globalização, as teorias existentes, principalmente a Teoria Realista³, não respondiam aos questionamentos sobre os acontecimentos no mundo da época. A interdependência complexa, desenvolve a ideia de que os Estados não estão sozinhos no cenário internacional; todavia, estão introduzidos em uma gama de relações com outras instituições que também influenciam o sistema internacional (KEOHANE e NYE 1977). Em princípio, essa noção nos leva a pensar sobre os meios de cooperação e influências existentes sejam comerciais, políticos, militares, e nos benefícios mútuos dessas trocas. Ademais, também é possível refletir sobre diversos assuntos além da

³ Ver Waltz (2004) e Meashmer (2010).

hierarquia de poder e a importância de questões militares, principalmente quando é discutido que:

A força militar poderia, por exemplo, ser irrelevante para resolver desacordos sobre questões econômicas entre os membros de uma aliança, mas ao mesmo tempo ser muito importante para a política e relações militares com um bloco rival (KEOHANE; NYE, 1977, p. 25. tradução nossa).

Sendo EUA e China altamente vinculados em termos econômicos, esta teoria se coloca como ponto-chave para discussão de que um conflito militar não é agradável para ambas as partes. A Teoria da Interdependência Complexa se situa na tradição liberal das Relações Internacionais. Portanto, faz-se necessário sua definição. Segundo Keohane e Nye (1977, p. 24-25, tradução nossa), a Interdependência complexa possui três características;

Em primeiro, os múltiplos canais conectam a sociedade, sejam estas informais ou formais como as elites governamentais. Em segundo, são apontadas que as agendas das relações interestatais consistem em múltiplas questões não possuindo hierarquia. E por fim em terceiro, caracteriza que as forças militares de um Estado não são utilizadas contra outro Estado da mesma região ou aliado.

Desta forma, os autores abrem espaço para mais formas de se entender o mundo além da visão realista das Relações Internacionais. Segundo Sarfati (2005, p. 169) “a interdependência econômica afeta a interdependência social e ambiental, e o reconhecimento dessas conexões, por sua vez, afeta a economia. Em outras palavras, tudo está conectado a tudo”.

Nessa definição, Sarfati (2005) fala especificamente como funciona a interdependência como um todo e como estão ligadas. Mas dentro da teoria como um todo também encontramos questões como o que Keohane e Nye (1977) destacam os “Múltiplos Canais” que ocorrem quando:

As empresas multinacionais e os bancos afetam tanto as empresas domésticas quanto as relações interestaduais. Os limites das empresas privadas, ou a proximidade dos laços entre o governo e negócios, variam consideravelmente de uma sociedade para outra; mas a participação de organizações grandes e dinâmicas, não controladas inteiramente pelos governos, tornar-se uma parte normal das relações externas e domésticas (KEOHANE; NYE, 1977, p. 26, tradução nossa).

Estas questões foram desencadeadas devido a globalização, e pensando sobre o contexto de EUA e China, onde encontramos questões onde não apenas a relação do Governo importa, mas também a relação das empresas multinacionais envolvidas e como estas influenciam e influenciadas por todo sistema internacional e pelas estatais dos dois países. Além disso, a

Interdependência Complexa também é caracterizada pela ausência de hierarquia de agenda, que ocorre quando existem diversos temas “na agenda, muitos dos quais ameaçam os interesses de grupos domésticos, mas não ameaçam claramente a nação como um todo, os problemas de formulação de um aumento coerente e consistente da política externa” (KEOHANE; NYE, 1977, p. 27, tradução nossa). Desta forma, o contexto dos Estados se modifica, gerando alterações no engajamento ou não em determinados assuntos. Por exemplo, temos o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas, que foi endossado por Washington em 2015, mas dois anos depois os EUA se retiraram quando o ex-presidente Donald Trump, em 2017, alegou que o acordo traria desvantagens aos EUA. Em 2020, os EUA voltaram a integrar o Acordo de Paris, numa clara demonstração de que as agendas não são fixas ou hierarquizadas, mas se alteram de acordo com os contextos nacionais e internacionais.

A Teoria da Interdependência Complexa destaca o “papel menor da força do estado”, quando os autores definem que;

Empregar a força em uma questão contra um Estado independente com o qual alguém tem uma variedade de relacionamentos tende a romper relações mutuamente lucrativas em outros problemas. Em outras palavras, o uso da força muitas vezes tem efeitos dispendiosos e não segurança em suas metas (KEOHANE; NYE, 1977, p. 29, tradução nossa).

É importante destacar que isto não significa na inutilidade da força estatal, mas sim uma reflexão sobre o emprego e adequação de lidar com as diversas questões do sistema internacional. Deste modo, os autores argumentam que o uso da força faz com que o Estado se empenhe em determinados objetivos, que as vezes pode atrapalhar a ordem liberal, o comércio internacional e as relações em cadeia no sistema internacional para fortificar o uso militar. Isto não necessariamente o faria alcançar seus objetivos, mas sim desestabilização de todo sistema internacional globalizado.

Keohane e Nye (1977), em sua Teoria da Interdependência Complexa, destacam aspectos de “sensibilidade” e “vulnerabilidade”, que são definidos como:

Em termos de dependência de custos, sensibilidade significa responsabilidade por efeitos custosos impostos de fora antes que as políticas sejam alteradas para tentar mudar a situação. A vulnerabilidade pode ser definida como a responsabilidade de um ator sofrer custos impostos por eventos externos mesmo após a alteração das políticas. Como geralmente é difícil mudar as políticas rapidamente, os efeitos imediatos das chances externas geralmente refletem a dependência da sensibilidade. A dependência da vulnerabilidade pode ser medida apenas pelo custo de fazer ajustes efetivos em um ambiente de mudança durante um período de tempo (KEOHANE; NYE, 1977, p. 13, tradução nossa).

A ideia de interdependência complexa é bastante abrangente, envolvendo aspectos políticos, militares, relacionais e econômicos. Este artigo concentra sua análise e discussões no fator econômico ou na interdependência econômica, implicando em uma concepção de teoria que compreende a dominância do sistema capitalista, que se espalhou por todo mundo e foi impulsionado pela globalização, em que:

De modo geral, a culminância desse processo global desencadeou no aumento da interdependência econômica entre os Estados, que estavam conectados mais do que nunca pelo regime comercial e financeiro, e a emergência do capital transnacional e das multinacionais, como novos atores protagonistas dessa dinâmica (RIBEIRO, 2020, p. 13).

A interdependência econômica é principalmente fomentada pelo comércio feito entre Estados, como define a teoria liberal, uma vez que “os liberais acreditam que os benefícios mútuos do comércio e a rede de interdependência em expansão, a qual liga as economias nacionais, tendem a promover um relacionamento cooperativo.” (GILPIN. 2002, p. 75). Segundo os liberais, para que o comércio e a economia estejam bem, sendo a economia um dos principais pontos para o bem-estar social, é necessário que a existência de guerras seja praticamente nula, pois a guerra criaria tensões e os malefícios seriam mútuos.

A visão de Keohane e Nye (1977, p. 21, tradução nossa), se insere e corrobora com a tradição liberal de perceber conflitos armados como desnecessários:

A força militar poderia, por exemplo, ser irrelevante para resolver desacordos sobre questões econômicas entre os membros de uma aliança, mas ao mesmo tempo ser muito importante para a política e relações militares com um bloco rival (KEOHANE; NYE, 2002, p. 21, tradução nossa).

A aceleração da globalização implicou que os ganhos econômicos fossem maiores que ganhos a partir da guerra. Ainda que a possibilidade de uma guerra exista, esta seria a última medida utilizada. Como refletem as teorias de Keohane e Nye (1977, p. 27-28, tradução nossa):

A força muitas vezes não é uma maneira apropriada de alcançar outros objetivos (como bem-estar econômico e ecológico) que estão se tornando mais importantes. Não é impossível imaginar um conflito dramático ou mudança revolucionária em que o uso ou a ameaça de força militar sobre uma questão econômica ou entre países industriais avançados pode se tornar plausível. Então, suposições realistas seriam novamente um guia de eventos. Mas na maioria das situações, os efeitos da força militar são caros e incertos.

Segundo os liberais, a utilização de sanções econômicas é sempre preferível pelas potências Ocidentais perante a hipótese de conflitos, inclusive no século XXI, principalmente

no que diz respeito aos EUA. Ainda que seja a maior potência militar do mundo, rotineiramente se utilizam e pressionam por sanções econômicas para que seus interesses continuem em vigor. Desse modo, as guerras de perfil militar vêm sendo cada vez mais questionadas, já que não influenciam apenas os Estados envolvidos, mas toda uma cadeia comercial e de suprimentos aos quais os países fazem parte, dando espaço para esfera de tensões econômicas e políticas, já que em um sistema globalizado o uso do poderio militar tornara-se um cenário indesejável para todos os lados.

3 GUERRA FRIA E FATORES PARA APROXIMAÇÃO - EUA E CHINA

A Guerra Fria se caracterizou pelo sistema internacional bipolar, com os EUA representando os ideais capitalistas e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) à frente das ideias comunistas/socialistas, ambos competindo por maior influência internacional e sob o risco de uma guerra nuclear. Cabia aos EUA e à URSS perseguir seus interesses. Nesse cenário, a China fazia parte do bloco socialista, mas ainda assim mantinha relações econômicas com os EUA.

De acordo com Carvalho e Cartermol (2009, p. 219):

Na tentativa de aproveitar o contato com ambas as potências, [a China] usufruiu dos fatores externos favoráveis para traçar seu desenvolvimento nacional, iniciado primeiramente com a proximidade da União Soviética, que fornecia recursos dos quais a China era carente, sobretudo alimentos e auxílios ao desenvolvimento industrial. No entanto, com o rompimento dessa relação durante a década de 1960, deu-se início à proximidade da China com os EUA, que legalmente começou com o fim do embargo comercial em 1971 e com a aceitação da entrada da China na Organização das Nações Unidas (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 219).

Durante as primeiras décadas da Guerra Fria, a bipolarização pressionou os Estados a escolherem um dos lados para apoiar. Contudo, a China não aderiu a esta ideia e buscou priorizar seus interesses nacionais, equilibrando os ideais convergentes com os EUA e a URSS. Porém, nos anos 1960, com a morte de Josef Stalin em 1953, e a chegada de Nikita Krushev ao poder:

As relações da China com a URSS se tornaram complicadas, pois Krushev defendia a ideia de coexistência com o ocidente e se recusava a compartilhar conhecimentos sobre armas nucleares, enquanto Mao Tsé-Tung, o então presidente da China, tinha grande hostilidade ao Ocidente o que culminou com o fim de suas relações (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 222).

A China, via com grande negatividade a aproximação com países do ocidente visto que já haviam passado por uma Guerra Civil e os derrotados foram nacionalistas liderados por Chiang Kai-Shek, apoiado pelo ocidente. Sendo os comunistas vitoriosos, a China comunista passou a ser governada por Mao Tse-tung com apoio da União Soviética, ainda no período de Josef Stalin.

A década de 1970 trouxe mudanças no cenário internacional, os EUA enfrentaram forte desequilíbrio, após a derrota da Guerra do Vietnã, quando buscavam ampliação hegemônica no continente Asiático. Neste período, o governo norte americano viu a necessidade de impedir a expansão da URSS no Leste Asiático, tornando-se interessante a aproximação com a China Comunista, que ao mesmo tempo também se preocupava com o avanço dos soviéticos na região. A China, passava por uma grave crise política e econômica, originadas entre outras razões pelos planos do Grande Salto Adiante⁴ e dos desdobramentos da Revolução Cultural⁵.

Com a Chegada de Richard Nixon (1969-1974) ao cargo de presidente dos EUA, os norte-americanos passaram a buscar “através de uma postura de aproximação com os chineses, pudesse, no primeiro momento, estabelecer novos parâmetros de atuação que compatibiliza se os interesses nacionais dos EUA com um novo cenário global que se configurava. (SHYAN SHU, 2005, p. 4). Com a visita de Nixon à China, as relações entre os dois Estados se fortaleceram principalmente com o fim do embargo comercial e com a aceitação da China na Organização das Nações Unidas (ONU). Ela representou o caráter estratégico das relações sino-americanas. Naquele momento, até os EUA estavam vivendo o:

Desgaste da Guerra do Vietnã (1959-1975), além dos impactos da quebra do sistema de Bretton Woods (1971) e da crise do petróleo (1973); fatores que vieram a assinalar a necessidade de uma nova postura estratégica internacional que revigorar os ânimos da nação (AMARAL, 2013, p. 6).

A criação do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1944, e a maioria dos empréstimos cedidos durante o imediato após a segunda guerra mundial, os EUA se tornaram detentores de um elevado déficit na balança de pagamentos, e logo o dólar se tornou indispensável no Sistema Financeiro Internacional, que culminou na:

⁴ Segundo CARVALHO E CATERMOL (2009, p. 221), o Grande Salto Adiante se refere às metas estratégicas centrais de aumento da produção agrícola como forma de impulsionar o crescimento industrial.

⁵ Segundo CARVALHO E CATERMOL (2009, p. 222), a revolução Cultural tinha como estratégia fundamental difundir os ideais do Partido Comunista e conter as forças de oposição tanto no partido quanto na população nacional.

Valorização do dólar acabou sendo responsável pelo crescimento do déficit comercial americano, que correspondia a uma tentativa de obtenção de saldos comerciais crescentes dos demais países industrializados, seguindo a estratégia de que exportar seria a solução para todos, menos para os EUA, cuja solução era importar barato (CARVALHO; CATERMOL, 2009, p. 225).

A partir de 1978, a China passou por uma série de reformas estruturais promovidas por Deng Xiaoping, além de endossar a política de portas abertas que já existia, com a abertura da economia e a adoção de uma estratégia de desenvolvimento e modernização, processo chamado de “Quatro Modernizações”, que:

Visava desenvolver os setores de defesa, agricultura, indústria, ciência e tecnologia, além de promover a chamada “Política das Portas Abertas”, que se baseava em promover vínculos diplomáticos com países fora do bloco socialista, inaugurando uma nova fase para a China. (AMARAL, 2013, p. 7).

No início dos anos 1980, as relações sino-americanas se tornaram cada vez mais estáveis, em que os EUA tinham necessidade de importações, enquanto a China tinha com foco nas políticas de produção voltadas exclusivamente para exportação. De acordo com Shyan Shu (2005, p. 52):

Para a China, aprofundar seu processo de inserção internacional representa insistir em seu plano de desenvolvimento e modernização, implementada em 1978, estimulando a atração de investimento direto estrangeiro, a absorção de tecnologia, a exportação e a geração de saldos positivos na balança comercial.

Segundo Carvalho e Cattermol (2009, p. 229-230);

Foi nesse contexto que ocorreu a reaproximação entre EUA e China. Os EUA consideravam a aproximação com a China uma alternativa favorável que fornecesse meios para manter sua hegemonia internacional. A China seria uma fonte lucrativa provedora de recursos, como mão de obra barata, possibilitando redução nos custos de produção, ao fornecer ampla gama de manufaturas com preços reduzidos e representar uma imensa fonte de demanda para os produtos norte-americanos, graças a sua elevada população. Além disso, a China seria importante na expansão da influência política dos EUA na região asiática e poderia conter a expansão soviética na região.

Com a aproximação do fim da Guerra Fria, a URSS enfrentava colapsos econômicos, culminando com a queda do muro de Berlim, em 1989, e posteriormente com sua dissolução, em 1991. Os soviéticos não suportaram manter os gastos com a corrida armamentista e os países aliados pedindo autonomia política em seus territórios. Dessa forma, a queda da URSS levou a vitória do bloco capitalista e a expansão de medidas neoliberais, que buscavam uma política

econômica mais integrada em âmbito internacional. Também nesse período, a China, estava ampliando seu mercado exportador, principalmente nos Estados Unidos. Neste sentido:

Em detrimento da participação das importações de origem japonesa, nota-se um crescimento impressionante daquelas de origem chinesa. A China passou da oitava posição para o segundo lugar entre 1990 e 2005. Neste período, as importações chinesas chegaram a crescer em média 20,7% ao ano (MOSTAFA, 2009, p. 107).

Assim, conseguimos analisar que ao longo do período de 1960 a 1990, os fatores econômicos e estratégicos que motivaram a aproximação de China e EUA. Pode ser observado um crescimento econômico significativo no que diz respeito ao comércio exterior entre ambos e desde então um saldo positivo para a China em concorrência com outros Estados na competição pelo mercado de importações norte-americano.

3.1 POLÍTICA EXTERNA E AS RELAÇÕES SINO-AMERICANAS

Desde a reaproximação na década de 1970, as relações sino-americanas sofreram mudanças ao longo do tempo. No início, a China era um país muito fechado, enquanto os EUA agiam sob a lógica da Guerra Fria. Com o arrefecimento do conflito bipolar e as mudanças da década de 1980, o Governo Reagan (1981-1989) mudou a postura dos EUA, já que mesmo visando cada vez mais aproximação com a China. Do ponto de vista interno, ainda há uma certa indiferença, principalmente, no sentido de participação chinesa nas privatizações americanas, isso é mais bem visto quando a *China National Offshore Oil Company* (CNOOC) tentou comprar a *Union Oil Company of California* (UNOCAL), uma empresa, e todo o Congresso americano se posicionou contrário. Segundo Arrighi (2007, p. 289):

Tanto democratas quanto republicanos alegam o direito norte-americano de impedir que os chineses comprem a Unocal por razões de segurança nacional, apesar do fato de os Estados Unidos serem “o único país com poderio militar para implantar ou impedir o bloqueio mundial do petróleo ou qualquer outro recurso vital (ARRIGHI, 2007, p. 289).

Os EUA, mesmo buscando a China como parceiro na Ásia, estavam reticentes em permitir que a China comprasse uma empresa em seu território, como o exemplo da compra da UNOCAL pela CNOOC. A principal preocupação dos EUA em sua aproximação com a China era a necessidade de barrar o crescimento soviético na Ásia, e mesmo num momento em que

defendia fortemente o liberalismo econômico, chegaram a utilizar o Estado para intervir no leilão.

Neste contexto, percebemos que o Estado desempenha um papel protagonista nas relações internacionais, mesmo em um cenário de proliferação de empresas e organizações internacionais. Isto não contraria a Teoria da Interdependência Complexa, uma vez que Keohane e Nye (1977; 2020) reconhecem o Estado como o ator mais importante nas relações internacionais. No que diz respeito aos planos políticos de cada país. Os EUA têm o sonho americano, quando estes se colocam como um ideal de democracia, liberdade e igualdade, um exemplo a ser seguido por muitos. Por outro lado, a China, uma civilização milenar que sob a sua visão mundial se encontravam no centro do mundo, como o Império do Meio, que busca a ampliação de suas ideias.

É importante lembrar também que os EUA tinham como prioridade a manutenção da sua hegemonia no cenário internacional pós-Guerra Fria, principalmente no que tange ao favorecimento de seus aliados capitalistas, mas antes de tudo manter o fato de não existir nenhum outro Estado que rivalizasse com sua supremacia econômica e militar na época.

Por outro lado, a China manteve sua moeda desvalorizada e com foco exclusivo na sua política de exportação e busca por investimentos externos, isso veio a ter um grande resultado na sua economia ao longo dos anos. Segundo Carvalho e Catermol (2009, p. 235)

Com o estabelecimento efetivo das relações entre EUA e China, em 1972, percebe-se o avanço das trocas comerciais entre as nações. No decorrer da década de 1970, o fluxo comercial ampliou-se constantemente. Já no início da década de 1980, com o crescente volume de exportações chinesas, observa-se o aparecimento de déficit comercial dos EUA com a China, de US\$ 426 milhões, em 1985. Em 1995, o déficit americano foi cerca de 26 vezes maior do que o constatado em 1985, apresentando o valor total de US\$ 11,4 bilhões. Vale destacar que, de 1985 a 1995, as importações americanas com origem chinesa apresentaram um incremento de US\$ 11,5 bilhões, alcançando em 1995 o valor total de US\$ 48,5 bilhões. Não obstante, o déficit comercial americano apresentou incrementos significativos desde então, totalizando em 2008 o valor de US\$ 266,3 bilhões.

O resultado destas medidas econômicas para os EUA, foi um déficit econômico ainda maior. Esse processo ajudou a concretizar as metas Chinesas, que buscavam através do comércio exterior e da industrialização o alcance de um bom ritmo de desenvolvimento. As economias Chinesa e Norte-americana têm se tornado fortemente entrelaçadas, mesmo que estejam em disputa o título de maior potência econômica Internacional. Com isso, é possível definir a emblemática situação dos EUA da seguinte forma:

Considerando a ideia de Kant – de que os Estados cooperam por serem egoístas, e não altruístas – Keohane e Nye apontam para a crescente interdependência entre os Estados, o que possibilitaria o alcance da paz por meio da cooperação. Ou seja, esse jogo de trocas que caracteriza a interdependência (cada vez mais necessária para a sobrevivência no sistema internacional) não exclui competições ou assimetrias. (MACIEL, 2009, p. 224).

A situação vivida por EUA e China pode ser identificada com a interdependência complexa descrita acima por Keohane e Nye (1977; 2002), referente a suas altas taxas de trocas comerciais se tornou estratégico para a China modificar sua Política externa logo após a abertura comercial com o mundo, nova política que foi apresentada:

Em 2002 por Zheng Bijian, vice-presidente do Central Committee's Central Party School, durante um Fórum sobre a China nos Estados Unidos, e já em 2003 passou a fazer parte do discurso oficial chinês, sendo utilizado pelo presidente Hu Jintao e primeiro ministro Wen Jiabao (AMARAL, 2013, p. 2).

Essa Política Externa⁶, que ficou conhecida como consenso de Pequim que consistia em; (1) respeito mútuo à soberania e integridade nacional; (2) não agressão; (3) não intervenção em assuntos internos do país por parte de outro; (4) igualdade e benefícios recíprocos; (5) coexistência pacífica entre os Estados com sistemas e ideologias diferentes (CUNHA, 2008, p.9). Isto mostra muitas das características da Política Externa Chinesa atual, mesmo com a definição de Ascensão Pacífica não seja mais utilizada por gerar diversos questionamentos a esta nomenclatura. Dessa forma:

Autores como Wang Jisi, Bonni Glaser e Evan Medeiros, por exemplo, afirmam que a ideia de “ascensão pacífica” não foi modificada mesmo após o termo ser trocada por “desenvolvimento pacífico”. Ou seja, os mesmos anseios que estavam dispostos com o conceito de ascensão ainda permanecem no conceito de desenvolvimento. Sendo assim, embora se trate de “desenvolvimento”, a China estaria interessada em ascender no cenário internacional até chegar ao status de potência (AMARAL, 2013, p. 13-14).

Sendo assim, como também traz Bijan que:

Porque à medida que o país ao mesmo tempo se engajou na globalização econômica e abriu seu mercado desde os anos 1970, criou condições para uma inserção no mercado mundial por meio de uma cooperação na qual todas as partes ganham (BIJAN, 2002 apud PECEQUILO; CARMO, 2014, p. 43-44).

⁶ O Consenso de Pequim apresenta princípios que estão sendo acolhidos por países que não concordam com o Consenso de Washington, que demonstrou suas fraquezas, principalmente, após as crises econômicas de 1997. (SANTOS, 2014, p. 16)

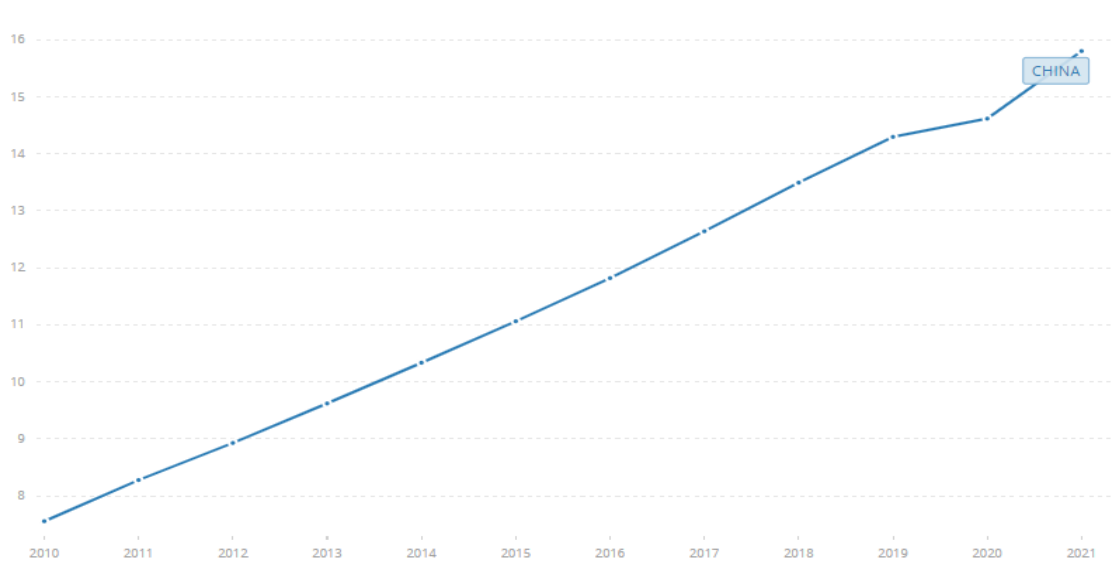
Esta estratégia é apoiada no discurso "*win-win*", que diz respeito aos benefícios mútuos em seus acordos, principalmente com os países do Sul Global e seus vizinhos da Ásia pacífico. Neste sentido, o fortalecimento e oferecimento de novas oportunidade de cooperação viriam a representar essa nova fase da política externa Chinesa. Segundo Zheng Bijian, “o desenvolvimento da China depende da paz mundial – uma paz que seu desenvolvimento, por outro lado, reforçará” (BIJIAN, 2002 apud PECEQUILO; CARMO, 2014, p. 43). Todos estes discursos norteiam a ideia de construção de um mundo harmonioso, para que a inserção chinesa em novos mercados e novas parcerias não seja visto como uma ameaça.

Do mesmo modo a utilização da política externa chinesa *Keep Low Profile* (KLP), usada pela China durante boa parte do período que avançou economicamente de forma constante:

Os estudiosos chineses não questionaram a eficácia da a estratégia KLP até 2002, quando alguns estudiosos chineses argumentaram que a estratégia KLP não era mais adequada para a China no século 21 porque Deng Xiaoping adotou-o em resposta à situação no início dos anos 1990.

Esses altos índices de crescimento fizeram com que a China se destacasse cada vez mais no cenário internacional, estabelecendo meios de cooperação com parceiros econômicos. A China, diferente das potências Ocidentais como os EUA, até o momento mantém firme um dos principais pontos da sua política externa, que se trata da não intervenção externa em assuntos internos dos países.

A política externa chinesa também é baseada na sua economia, e é graças ao bom desempenho da sua economia interna ao longo dos anos que vem conseguindo se projetar internacionalmente, como é mostrado a seguir:

Gráfico 1 - Crescimento do PIB Chinês em dólares (2010-2021)

Fonte: *The World Bank*

Assim como consta no gráfico, a China possuindo uma característica de cooperação quando muitas vezes utilizando da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) que é caracterizada por motivações econômicas, assim:

A CID é, portanto, utilizada como moeda de troca para a China alcançar tais objetivos{...}, entretanto, também tem havido razões diplomáticas para a CID chinesa. Notadamente, o isolamento de Taiwan tem constituído um claro objetivo (PINO, 2014, p. 92).

Os meios políticos de não intervenção nas questões internas de seus Estados são muito valorizados por países africanos e do oriente médio. Deste modo, a China tem conseguido expandir seus parceiros. Isto posto, é fato como a China vem conseguindo bons desempenhos para implementação da sua política externa nomeada agora de desenvolvimento pacífico, pois tem conseguido colocar em prática seus objetivos tanto internos quanto externos, a ponto de conseguir relevância o suficiente para criar meios de participação e cooperação em diversas esferas de influência internacional, e assim vem se configurando a partir do estilo de desenvolvimento e modernização chinês.

3.2 CHINA COMO NOVO GIGANTE ECONÔMICO

A China no século XXI, devido a seu desenvolvimento e elevadas taxas de crescimentos, garantidas pelas reformas estruturais e econômicas iniciadas nos anos 1970, começou a desfrutar dos esforços mantidos durante as décadas passadas. Segundo Lyrio (2010, p. 36)

Se o produto interno chinês cresceu, desde o começo das reformas econômicas lançadas por Deng Xiaoping, em 1978, até 2008, a uma impressionante taxa média de 9,5% ao ano, três vezes a média dos EUA [...] Já de 1981 a 2005, o crescimento médio anual foi ainda mais alto, de 9,8%, com tendência recente, antes da crise econômica mundial de 2008-2009, de aceleração ainda maior, com taxa média anual de 10,2% de 2003 a 2006. (LYRIO, 2010, p. 36)

Graças a este desenvolvimento interno, a China começou a se projetar externamente, com parâmetros voltados principalmente para utilização da cooperação econômica, investimentos e comércio exterior para garantir seus interesses. A China no período anterior a 2010, ampliou seu mercado e zonas de influência, o comércio exterior de bens e serviços estava representando um montante correspondente a nada menos do que 70% a 75% do produto interno, o que faz da China um país anômalo, desproporcionalmente aberto ao comércio exterior (LYRIO, 2010, p. 47).

No uso do comércio exterior, a China por meio dessa Política externa assertiva, buscou principalmente por se aproximar também da América Latina, historicamente zona de influência norte-americana e países africanos, através da CID. A China, desde 2009, tornou-se o maior parceiro econômico do Brasil, superando os EUA que já ocupavam essa posição por praticamente 100 anos, e além disso a China também por três meses consecutivos, abril, maio e julho de 2020, veio a ser o principal parceiro econômico da Argentina⁷, posição está normalmente é ocupada pelo Brasil, que voltou a ser após estes três meses, mas já é o bastante para se notar uma forte presença da China na região.

Sendo a China o maior consumidor global de matérias primas, ela busca principalmente a compra destes produtos primários e venda de seus produtos industrializados. Para diversos países do continente africano, o princípio soberanista chinês - ou da não interferência em questões internas de outros Estados - foi um atrativo que garantiu a China grande favorecimento em questão de negócios, uma vez que a China “permite-se fazer negócios com países com os

⁷ Disponível em : <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53862542#:~:text=Pela%20primeira%20vez%20na%20hist%C3%B3ria,que%20para%20o%20mercado%20brasileiro>

quais as empresas ocidentais são desincentivadas ou mesmo impedidas de ter relações comerciais – no caso de embargos, por exemplo” (ALVES, 2010, p. 27). No caso, falando especificamente de empresas ocidentais que são de países interventores, isso traz a china poucos rivais nas disputas de certas matérias-primas das quais o continente africano é rico.

Nessa relação com a África, dá-se que:

Os investimentos dos bancos de desenvolvimento da China na África já superam, nos últimos quatro anos, o total dos investimentos europeus e é muito superior ao que países em desenvolvimento, como o Brasil, podem fazer, apesar dos financiamentos e investimentos do nosso BNDES (SARAIVA, 2015, p. 71).

Durante o governo de Barack Obama, o primeiro presidente negro dos EUA, tinha-se a expectativa que sua gestão dispensasse mais atenção ao continente africano. No entanto, não foi o que ocorreu, mas sim houve uma ampliação dos investimentos chineses na África. Saraiva (2015, p. 71-72) chega a perguntar se “os norte-americanos possuem meios objetivos para superar a capacidade logística e infraestrutura, financeira e comercial montada pelos chineses?”, pois a presença da China no continente africano realmente se tornou algo significativo. Desta forma, a China se tornou a principal parceira de diversos países africanos, ocupando lugar de países Europeus.

No que diz respeito aos EUA, e a situação de interdependência econômica, o país possuía um déficit superior a 300 milhões de dólares, como estará detalhado no Gráfico 2, com dados de 2015 a 2020, período marcado pelo discurso anti-China do Governo de Donald Trump. Também, é importante esclarecer o que Arrighi (2007) já observa e, de certo modo, antever sobre como estas questões um dia surgiriam:

Em resumo, como explica Krugman, os Estados Unidos “desenvolveram o vício de comprar dólares pelos chineses” – e, podemos acrescentar, de produtos chineses baratos – “e sofrerão dolorosos sintomas de abstinência quando ela acabar. Acabar com o vício pode tornar a indústria norte-americana mais competitiva, no entanto os dolorosos sintomas da abstinência virão primeiro” (ARRIGHI. 2007, p. 312).

Neste sentido, a China, tendo se consolidado como uma grande potência, vem de certo modo, rivalizando com os EUA na arena econômica, o que será discutido nas próximas seções, com destaque para as principais tentativas dos EUA em conter e diminuir sua dependência da China.

4 RELAÇÕES SINO-AMERICANAS: ENTRE AS TENSÕES E A INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA

As relações EUA e China vão se firmar, principalmente em questões econômicas, durante o segundo governo de Bill Clinton, nos anos 2000, com suas relações econômicas mantidas por mais de 30 anos e a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001. No governo Obama, torna-se perceptível a China como um gigante econômico quando Hillary Clinton, então secretária de Estado, escreveu um artigo chamado; *America's Pacific Century* (2011), argumentando que o futuro da política será decidido na Ásia, não no Afeganistão ou no Iraque, e os Estados Unidos estarão bem no centro da ação.

Embora já houvessem disputas comerciais anteriores, a combatividade destas se acentuou ao início de 2016, durante o governo de Donald Trump (2016-2020), quando a política externa norte-americana mudou sua estratégia em relação à China e qualquer medida que pudesse fazer a China crescer, a política de Trump foi logo reconhecida como unilateral. Quando Trump se afastava de órgãos internacionais importantes como o acordo climático de Paris, também em sua tentativa de sucateamento da OMC e até mesmo o rompimento com o Órgão Mundial da Saúde (OMS) com justificativa de não estarem prestando bons serviços e acusando a China como responsável pelo sofrimento no mundo. Nos termos da pandemia de Covid-19, cuja origem pode ter sido na China, Trump se referia como "vírus chinês", robustecendo sua retórica anti-china, ao mesmo tempo em que negava a existência de uma pandemia mundial e a eficácia das vacinas contra o Coronavírus.

As disputas EUA e China não se resumiam aos meios governamentais, mas se espalhava para ações entre e contra atores não estatais. A empresa Chinesa Huawei foi acusada de espionagem, em 2012, pelo congresso dos EUA, fato que começou a criar grandes tensões entre os governos Obama e Xi Jinping, e fez ecoar e crescer um forte movimento conservador que culminaria na eleição de eleição de Trump. O ex-presidente Donald Trump se tornou o principal responsável por anunciar a guerra comercial contra a China.

Trump iniciou a criação de diversas taxas, mas recuou, pois acabou por atingir principais parceiros da Europa, México, Canadá e o Brasil, como foi o caso da criação de “uma sobretaxa de 25% ao aço importado e de 10% para o alumínio, alegando que era uma medida para proteger a segurança nacional, decisão que veio no cumprimento das promessas de campanha para a presidência” (RUDZIT; GODOY; NOGAMI. 2018, p. 18). O Brasil, segundo maior exportador de aço para os EUA, entrou em negociação, o que fez Trump recuar. Logo após este recuo,

recomeçou a criação de taxações sobre exportações que atingiram diretamente a China. De acordo com Pautasso, et. al. (2021, p. 10)

Assim, sob a bandeira do *America First*, as ações do governo estadunidense foram desencadeadas a partir de 6 de julho de 2018, quando entrou em vigor tarifas sobre 818 produtos exportados pela China, contabilizando um valor de US\$ 34 bilhões. O resultado foi que o déficit comercial bilateral anual caiu pela primeira vez em tempos recentes, no ano de 2019, chegando a US\$ 345,6 bilhões, ante os US\$ 418,9 bilhões de 2018 (PAUTASSO, et. al. 2021, p. 10).

Ainda de acordo com Pautasso (2021, p. 13), durante a primeira e a segunda onda de sobretaxas impostas às exportações Chinesas, a primeira na ordem de US\$ 34 bilhões e o segundo contabilizando US\$ 16 bilhões se tornando um montante de US\$ 50 bilhões, isso durante os meses de julho e agosto de 2018, essas sobretaxas afetaram principalmente produtos de setores da indústria e principalmente os beneficiados pelo programa *Made in China 2025*⁸. Isto é, as tarifas focaram em produtos oriundos de indústrias como aeroespacial, informação e comunicação, robótica, maquinário industrial e automobilística.

Durante a terceira rodada de sobretaxa, que foi ainda maior que as duas anteriores, totalizando sozinha um montante de US \$200 bilhões, sendo os produtos afetados os manufaturados como borracha, plástico, colas e outros itens sortidos. A retaliação Chinesa em resposta a estas taxas surgiu, aumentando as tarifas de 5% para 10% em US \$60 bilhões de produtos diversos, como soja, vinho, trigo, carros e outros, medida que entrou em vigor no mesmo dia 24 de setembro de 2018. (PAUTASSO, NOGARA, et. al. 2021, p. 13-14). A retaliação do governo chinês sobretaxando produtos norte-americanos repercutira sobre o setor agropecuário dos EUA que não terá como desovar a sua produção, gerando estoques excessivos e, inevitavelmente, desemprego. (RUDZIT; GODOY; NOGAMI, 2018, p. 19). Tomando proporções internas em ambos os países, e no âmbito internacional, quando a grande demanda de produtos tanto das indústrias tanto norte-americana quanto chinesas viessem a procurar outros exportadores. A tensão entre ambos os Estados era algo inegável, abrindo espaço para diversas especulações em jornais para a perspectiva de uma “Nova Guerra Fria”, como publicações do *The New York Times* e *Foreign Affairs* com breve apaziguamento estabelecido entre dezembro de 2018 até março de 2019.

⁸ O programa *Made in China 2025*, se dá por um plano de modernização chinesa em determinados pontos, tais como: equipamentos eletrônicos, máquinas agrícolas, economia de energia renovável e veículos eletrônicos, ferramentas de controle numérico e robótica, equipamentos de engenharia oceânica, equipamentos aeroespaciais e outros.

Os embates com a gigante Chinesa Huawei, que foi alvo de diversos empecilhos pelos norte-americanos de entrarem em seu mercado, sendo o governo Trump a favor de um projeto que impedia companhias chinesas de participarem da bolsa de valores dos EUA. De acordo com a agência de notícias britânica, *Reuters*⁹, Trump sanciona lei que lhe permitia retirar empresas chinesas da bolsa de valores dos EUA, caso não cumprissem exigências do governo americano, sendo uma das suas últimas cartadas como presidente. Também “a perseguição ao aplicativo TIKTOK, que possui uma milionária rede de usuários nos EUA” (PAUTASSO; NOGARA; UNGARETTI; RABELO, 2021, p. 9), afim de pressionar a China no que ficou conhecido como “crise dos consulados” que se caracterizou pelo fechamento de consulados chineses nos EUA alegando espionagem, e o governo Chinês respondendo do mesmo modo. As tentativas do governo Trump, além de todo o discurso fervoroso contra China e as políticas de contenção, visavam principalmente diminuir o déficit econômico acumulado nos anos anteriores.

A China, visando diminuir a pressão da guerra econômica se colocou como defensor do livre comércio. Em pronunciamento, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores da China, Wang Wenbin, disse que “Ninguém ganha em uma guerra comercial”, enquanto também colocavam sanções sobre apoiadores e políticos importantes próximos ao então presidente Donald Trump e contra organizações e empresas multinacionais estadunidenses, além de acionar a OMC contra as tarifas impostas pelos EUA. Ademais, a China buscou manter suas zonas de influência, como os bancos de desenvolvimento da China na África e o BRICS, junto aos principais países emergentes.

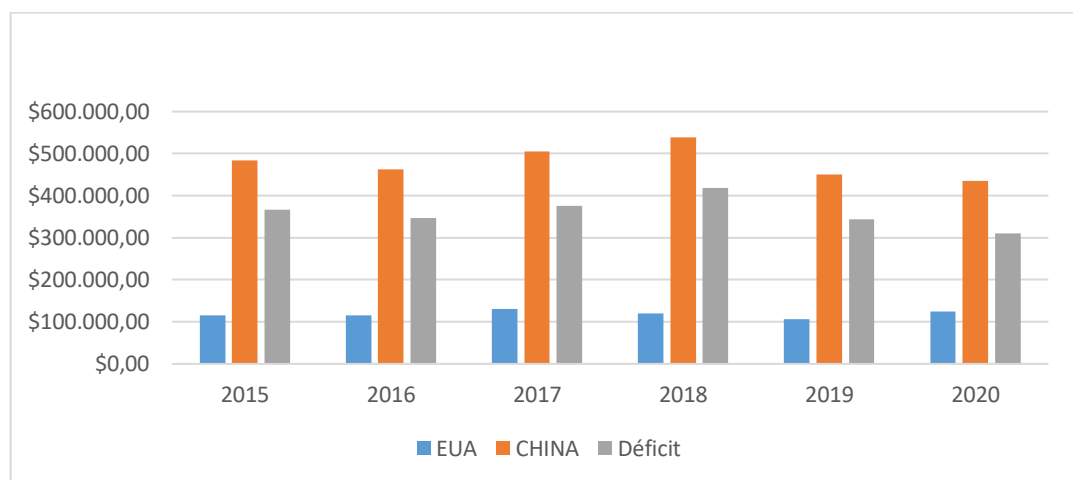
A princípio, esta guerra comercial que teve início 2016, teve uma suspensão ou foi supostamente solucionada com uma trégua assinada ainda em janeiro 2020, com um retorno comercial ainda que tímido, gradativamente com promessas norte-americanas de diminuir ainda mais as tarifas alfandegárias, e promessas as chinesas de diminuir o déficit comercial principalmente pela pandemia da covid-19 que ali se espalhava mundialmente. Por outro lado, a China sendo um dos, senão o primeiro país a se recuperar da pandemia da covid-19, fez alarmar novamente os norte-americanos, pois a economia chinesa se recuperava fornecendo produtos enquanto as demais nações sofriam drásticas mudanças frente as medidas de proteção contra o Coronavírus.

⁹ Disponível em: <https://www.reuters.com/article/eua-china-empresas-idBRKBN28S34Y-OBRS>

4.1 INTERDEPENDÊNCIA ENTRE EUA E CHINA NO SÉCULO XXI

A interdependência econômica entre EUA e China foi algo construído ainda ao longo da Guerra Fria, graças a interesses alinhados na época. Isso possibilitou que as diferenças ideológicas fossem menos importantes do que a aproximação política. Ao analisar estas relações, encontramos os EUA, com um grande déficit econômico diante da China no recorte de 2015 á 2020 a seguir:

Gráfico 2 - Déficit dos EUA com a China de 2015 – 2020 (em dólar americano)



Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do *United States Census Bureau*.

Como consta no Gráfico 2, o comércio exterior entre os EUA e China foi cada vez mais intenso a cada ano que passava, o que angariou para a China superávits em torno de U \$300,00 a U \$400,00 milhões, e em 2018 ultrapassou esta marca. Deste modo, torna-se perceptível o quanto significativo é a importação de produtos da China para os norte-americanos, o que modela a interdependência econômica entre ambos os Estados.

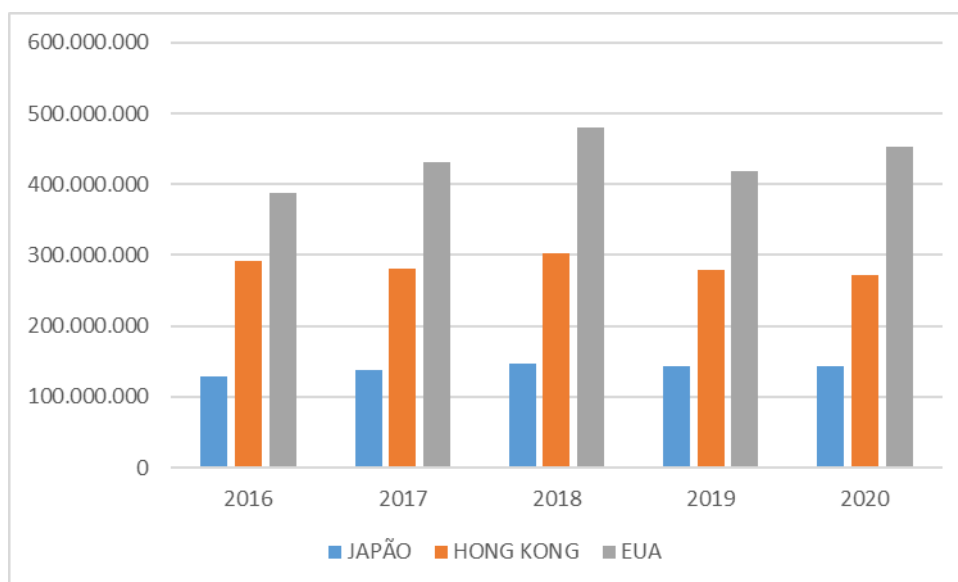
Segundo dados da *International Trade Center* (ITC), os EUA permanecem sendo os maiores importadores do mercado Chinês, sendo seguido por Hong Kong (território autônomo Chinês) e o Japão. Contabilizando todos os itens cadastrados na ferramenta de pesquisa, as exportações chinesas para os EUA apresentam uma média de até \$ 100 milhões de dólares a mais que o segundo colocado (Hong Kong) e mais que o dobro do terceiro (Japão). A Tabela 1 traz detalhes:

Tabela 1 - Principais exportações chinesas (2016 - 2020)

ANO	JAPÃO	HONG KONG	EUA
2016	\$ 129.450.377	\$ 292.214.997	\$ 388.145.454
2017	\$ 137.368.622	\$ 280.975.081	\$ 431.664.273
2018	\$ 147.235.099	\$ 302.960.301	\$ 479.701.581
2019	\$ 143.223.969	\$ 279.616.724	\$ 418.584.250
2020	\$ 142.641.690	\$ 272.658.016	\$ 452.576.771

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do ITC (2022).

A partir de uma visão chinesa, Hong Kong é considerada apenas mais uma província da República Popular da China. Desse modo, o segundo maior comprador da China seria o Japão. No período de 2016-2020, as exportações nipo-americanas não chegaram nem à metade do que foi destinado para os EUA pela China. Os dados da Tabela 1, que podem ser visualizados melhor em um recorte de 5 anos, no Gráfico 3, a seguir:

Gráfico 3 - Principais exportações chinesas em dólar americano (2016-2020)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do ITC.

Em suma, o Japão por vezes chega a ser metade de Hong Kong que por sua vez pode ser descrito como $\frac{1}{3}$ do que é exportado da China para os EUA, seu maior comprador. Estes dados

explicitam e demonstram mais exatamente o comércio entre eles, pois um dos principais quesitos da economia Chinesa hoje, não se dá apenas por seus principais parceiros ou o quão rico estes podem ser, mas na quantidade de mercados que a China está inserida mundialmente, “é difícil andar em qualquer rua, comercial de qualquer país africano que não esteja inundada por produtos chineses. Não há capital na África sem uma obra pública imponente feita com recursos chineses.” (SARAIVA. p. 45, 2015), além da sua gradativa entrada na América Latina por meio da Argentina.

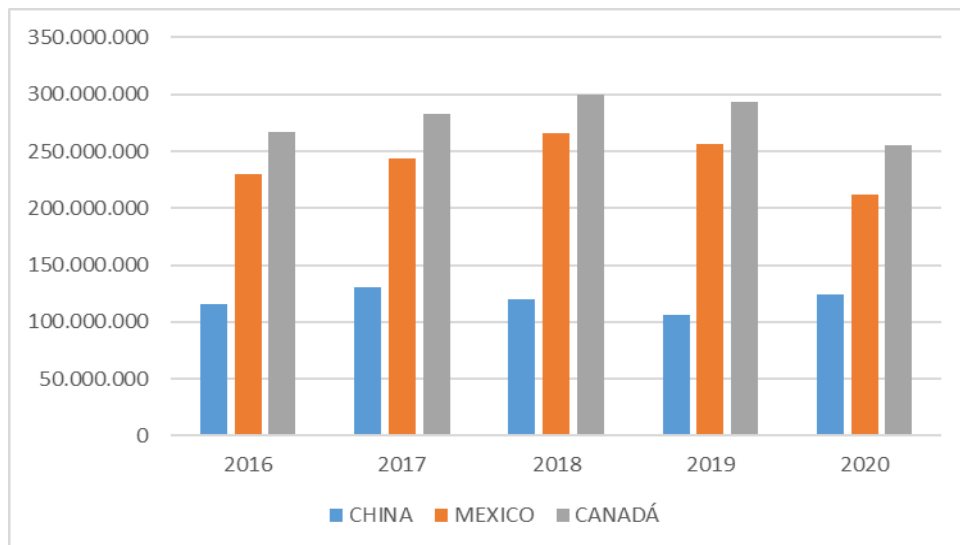
Ainda segundo dados da *International Trade Center*, as exportações Norte Americanas por outro lado têm seu maior montante indo para os países vizinhos, o Canadá, seguido pelo México e a China logo em sequência, como consta na tabela a seguir:

Tabela 2 - Principais exportações norte-americanas em dólar americano (2016 – 2020)

ANO	CHINA	MEXICO	CANADÁ
2016	\$ 115.594.784	\$ 230.228.834	\$ 266.734.465
2017	\$ 129.997.227	\$ 243.608.975	\$ 282.773.830
2018	\$ 120.289.288	\$ 265.944.976	\$ 299.731.712
2019	\$ 106.448.372	\$ 256.315.828	\$ 292.820.258
2020	\$ 124.485.431	\$ 211.481.021	\$ 255.392.345

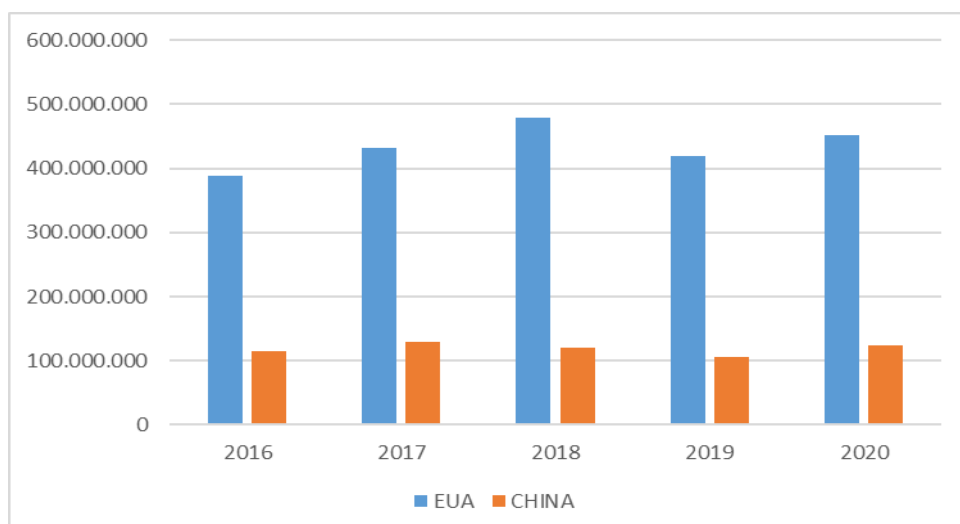
Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do ITC (2022).

Logo, percebemos o diferencial de prioridade nas exportações, estas que se mantêm em uniformidade até chegar nas exportações para a China que vem a ser menores que para o Canadá ou para o México, para melhor exemplificar a tabela 2, contamos com o seguinte gráfico 4:

Gráfico 4 - Principais exportações norte-americanas em dólar americano (2016 – 2020)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do ITC (2022).

Observando o gráfico, apontamos que a nossa problemática é atraída pelas exportações americanas não serem tão significativas quanto às importações da China, a qual vemos um grande diferencial até mesmo quanto ao México e ao Canadá que mantém médias similares sempre acima de \$ 200 milhões dólares, enquanto a China esteve abaixo de \$155 milhões de dólares. Em comparativo as exportações norte americanas para a China, no Gráfico 5 a seguir:

Gráfico 5 - Principais importações chinesas x importações norte-americanas (2016 – 2020)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em informações do ITC (2022).

Assim, expostas estas diferenças comerciais, faz-se necessário a Teoria da Interdependência Complexa e seu quesito sobre a vulnerabilidade. Pois, aqui é perceptível uma

assimetria comercial, já que mesmo possuindo um grande histórico econômico, pode se afirmar que hoje a China vem comprando menos produtos norte-americanos, quanto os americanos vêm comprando da China, para assim podermos entender; que a vulnerabilidade é “particularmente importante para a compreensão da estrutura política das relações de interdependência. Em certo sentido, foca em quais atores são os definidores da cláusula *ceteris paribus*, ou quem pode definir as regras do jogo”. (KEOHANE; NYE, 1977, p. 15, tradução nossa)

Os Estados Unidos, na tentativa de diminuir seu déficit econômico para com a China, e conter o avanço da China, o que aciona táticas de defesa nacional, como foi feito durante o governo Trump em embargos comerciais e boicotes, o que teve consequências dúbias, pois não só prejudicou a China, mas também os EUA e outros Estados, como foi a questão do Brasil e sua exportação de alumínio. A possibilidade de boicotes políticos ou diplomáticos, colocando assim tensões militares em último quesito, já que até mesmo uma nova guerra fria poderia desbalancear todo o mercado comercial ao qual estão envolvidos e desestabilizá-lo seria uma grande perda para ambos os lados. Como por exemplo:

O McDonald's é uma metáfora, pois a lanchonete se instala sempre onde existe uma sociedade capitalista relativamente estável com vontade de consumir. Nesses países, observa-se cada vez mais o desenvolvimento de uma sociedade de classe média que está mais preocupada em trabalhar, ganhar dinheiro, viajar, enfim, comer hambúrguer, do que se envolver em conflitos internacionais. (SARFATI. 2005, p. 103)

Sendo assim, subentende-se que a estabilidade econômica se tornou algo determinante para a comunidade internacional, a sensibilidade existente torna as chances de uma guerra de perfil militar se torne a última possibilidade entre tantas existentes, pois “se um ator pode reduzir seus custos alterando sua política, seja nacional ou internacionalmente, os padrões de sensibilidade não serão um bom guia para os recursos de poder” (KEOHANE; NYE, 1977, p.15, tradução nossa), diferente do que poderia ser a vulnerabilidade.

Logo o comércio entre elas se torna um dos principais pontos para que a paz venha sendo mantida, ainda que as divergências políticas, ideológicas e o próprio comércio venha trazer algumas tensões, a interdependência econômica entre EUA e China diminui as possibilidades de conflito bélico, sendo apenas uma última opção.

5 CONCLUSÃO

Assim concluo que as relações entre EUA e China que começaram durante os anos 1970 ainda durante a Guerra Fria, mas vem repercutir nos anos em que este artigo se centraliza a saber de 2015 a 2020, as tensões que preocupam todo o globo têm como protagonistas as duas maiores economias do mundo e entende-las, saber seus objetivos é crucial para indicar o que pode acontecer posteriormente. E no uso da teoria da interdependência complexa para estudar a relações entre Estados Unidos e China, pudemos observar diversos pontos que se encaixam, sobre tudo, ainda que haja divergências entre os Estados, a força letal é o último recurso. Contudo, a conexão econômica entre EUA e China também colabora para sua coexistência e progresso de ambas as sociedades, o desenvolvimento e a qualidade de vida é algo primordial na atualidade, devido a globalização que modernizou e trouxe padrões de vida nunca antes vistos.

O Estado que antes de tudo é formado por território, povo e governo, agora, mais do que nunca além de se preocupar com a proteção destes quesitos básicos, também deve se preocupar com o bem-estar social dos seus cidadãos e para isso aceitar a coexistência de outras nações por mais diferentes que estas possam ser. A coexistência e a paz entre as nações é prioritário nas relações internacionais, e dado aos princípios da teoria da interdependência complexa, o comercio exterior, ideia também advinda do liberalismo, é um dos meios para a fixação da harmonia no cenário internacional.

Por outro lado, os EUA procuram manter sua postura combativa ao crescimento econômico chinês, ainda que haja mudanças de ideologias partidárias no poder, é duvidoso que este venha permitir que os avanços chineses fiquem a frente dos interesses norte-americanos. Mesmo que sem discursos inflamados como os de Trump, e ainda que seja muito recente, Joe Biden em seus primeiros 12 meses de mandato presidencial não demonstrou interesses em retirar as principais sanções deixadas por Trump. Como foi a união de Democratas e Republicanos no passado durante o Governo Reagan, impedindo a compra da UNOCAL, pela CNOOC, empresa estatal chinesa, ainda é possível que feitos como este possam voltar a acontecer. Enquanto a China segue com políticas multilaterais e com discursos para amenizar desgastes causados pela guerra comercial e fortalecer sua imagem cooperativista, ganhando cada vez mais mercados e ampliando sua hegemonia e competitividade no mundo. De toda forma, enquanto os discursos se inflamam e tensões políticas venham a existir, todavia os fluxos comerciais seguem conectando cada vez mais o mundo, como um sistema integrado que é a

interdependência econômica, venha minimizar cada vez mais que a ocorrência de uma guerra com perfil militar possa acontecer.

Referências

ALVES, A. Os interesses econômicos da China na África. **Repositório. IPEA** Brasília, jan. 2010. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4751/1/BEPI_n1_interesses.pdf. Acesso em 11 de jun. 2022.

AMARAL, G. Análise da Diplomacia Chinesa: A “Ascensão Pacífica” e seus Questionamentos. **Associação Brasileira de Relações Internacionais**. Disponível em: http://www.abri.org.br/anais/3_Encontro_Nacional_ABRI/Politica_Externa/PE%204_Gabriel_a%20Amaral%20An+%EDlise%20da%20Diplomacia%20Chinesa%20a%20%D4%C7%A3A_scens+%FAo%20Pac+%A1fica%D4%C7%D8%20e%20seus%20questionamentos.pdf. Acesso em: 15 ago. 2022.

ARRIGUI, G. **Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos do Século XXI**. São Paulo, 2007, Cap. 10, p. 285-315.

CARVALHO, Cecília. CATERMOL, Fabrício. As relações econômicas entre China e EUA: Resgate Histórico e Implicações. **Revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 215-252, 2009.

CUNHA, André. A Economia Política do “Milagre Chinês”. **lume.UFRGS**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/30303>. Acesso em 16 mai. de 2022.

Dados do Gráfico 1 - Disponível em: <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.KD?contextual=default&end=2021&locations=CN&start=2010&view=chart>. Visto por último acesso em 02 de julho de 2022.

Dados do Gráfico 2 - United States Census Bureau Trade in Goods with China. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5700.html>. Último Acesso 10 de abr. de 2022.

Dados da tabela 1 e Gráfico 3 – Disponível em: https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c156%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1. Último acesso em 24 de fev. 2022.

Dados da tabela 2 e Gráfico 4 - Disponível em: https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c842%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1. Último acesso em 24 de fev. 2022.

Dados do gráfico 5 - disponível:

https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c842%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c2%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1 e https://www.trademap.org/Country_SelProductCountry_TS.aspx?nvpm=1%7c156%7c%7c%7c%7cTOTAL%7c%7c%7c2%7c1%7c1%7c1%7c2%7c1%7c2%7c1%7c1%7c1 Acesso em 25 de fev. 2022.

GILPIN, Robert. **A economia Política das Relações Internacionais**. 1. Ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2002.

KEOHANE, Robert. NYE, Joseph. **Power and Interdependence**. 2. Ed. New York: HapperCollins, 1977.

LYRIO, M. A ascensão da China como potência: fundamentos políticos internos. **FUNAG**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://funag.gov.br/loja/download/902-Ascensao da China como Potencia A.pdf>. Acesso em 20 de jun. 2022.

MACIEL, T. As teorias das relações internacionais pensando a cooperação. **Revistas Pucs; Ponto-e-virgula**, São Paulo, v. 5: 215-229, 2009.

MOSTAFA, J. MÉXICO: PARADIGMA DE DEPENDÊNCIA REGIONAL. In: CARDOSO, J. ACIOLY, L MATIJASCIC, M. **Trajetórias Recentes de Desenvolvimento: estudos de experiências internacionais selecionadas**. Livro 2, Brasília: IPEA, 2009. Cap. 3, p. 87-124.

MOURITZ, F. The influence of economic interdependence on US-China relations. **International and Security Studies**. **Books Google**, Opladen, 2021. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=5I0pEAAAQBAJ&oi=fnd&pg=PP1&dq=The+influence+of+economic+interdependence+on+US-China+relations.+International+and+Security+Studies&ots=1ot1ACFxkv&sig=2AmvtQs8sHL1QHUVv6JS_Fmbgvk#v=onepage&q=The%20influence%20of%20economic%20interdependence%20on%20US-China%20relations.%20International%20and%20Security%20Studies&f=false. Acesso em: 24 de fev. 2022.

PAUTASSO, D. NOGARA, T. UNGARETTI, C. RABELO, A. As três dimensões da guerra comercial entre China e EUA. **Revista Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, p. 1-23, 2021.

PECEQUILO, C. Carmo. C. A China, O Sistema Internacional e o Sul: Ascensão Pacífica? **Brazilian Journal of International Relations**, São Paulo, v. 3, n.1, p. 32-69, 2014.

PINO, B. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul. In: SOUZA, A. M. Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento. **Instituto Brasileiro de Economia Aplicada**. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=24257. Acesso em: 15 ago. 2022.

RIBEIRO, L. A Guerra comercial entre Estados Unidos e China: Uma análise acerca da estratégia econômica do Governo Trump diante da ascensão chinesa. **RI/UFS**, São Cristovão,

8 out. 2020. Disponível em: https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/13697/2/Leila_Silva_Ribeiro.pdf. Acesso em 10 de mar. 2022.

RUDZIT, G. GODOY, F. OTTO, N. Guerra Comercial EUA-China: Ameaça ou Realidade? **Discussion Paper/ESPM** V. 6, n. 2, p. 1-20, 2018.

SANTOS, G. CONSENSO DE PEQUIM: NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO ASIÁTICO? **Dspace.unipampa**, Santana do Livramento, 2014. Disponível em: <https://dspace.unipampa.edu.br/bitstream/riu/1025/1/Santos,%20Gabryella%20Freitas%20do%20s.%20Consenso%20de%20Pequim%20novo%20modelo%20de%20desenvolvimento%20asi%C3%A1tico.pdf>. Acesso em: 03 de agosto de 2022

SARFATI, G. **Teorias das Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, de 2015.

SARAIVA, J. **A África no Século: Um ensaio acadêmico**. 1. ed. Brasília: FUNAG, 2015.

SHU, S. A Inserção Internacional da China no pós-Guerra Fria. **PUCSP**, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/17438/1/Silvana%20Shiow%20Shyan%20Shu.pdf>. Acesso em 19 de jun. 2022.